



Anais da Assembléia

Nº 22

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 07 DE ABRIL DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 30ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 7 DE ABRIL DE 1975

Presidência do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, secretária da pelos Srs. Deputados Aguinaldo Pereira Lima e Leopoldo Jacomel.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Mauricio Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cionetto Netto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto de Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nílso Squarezi, Otássio Pereira, Quielse Crisostomo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Werner Wanderer (43); achando-se ausentes os Srs. Deputados Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, David Federmann, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Fuaç Nacli, José Domingos Scarpeolini, Osvaldo Macedo, Rosário Petelli, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes, (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

- O SR. PRESIDENTE - Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.
- O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.
- O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

Expediente:

OFÍCIOS:

Sob o nº 001/75, do Senhor JOSÉ STEL, Presidente da Câmara Municipal de Pérola, comunicando haver sido eleita a nova Mesa daquele Legislativo Municipal, para o biênio 1975/77 - Ao conhecimento da Casa. - Agradeça-se.

Sob o nº 01/75, do Senhor PAULINO GAIDZINSKI, Presidente da Câmara Municipal de Dois Vizinhos, comunicando haver sido eleita a nova Mesa daquele Legislativo Municipal, para o biênio 1975/1977. - Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

Sob o nº 001/75, do Senhor PAULO FIGURA, Presidente da Câmara Municipal de São Carlos do Ivaí, comunicando haver sido eleita a nova Mesa daquele Legislativo Municipal, para o biênio 75/76. - Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

Sob o nº 01/75, do Senhor JOÃO BATISTA WANDERLEY, Presidente da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, comunicando haver sido eleita a nova Mesa daquele Legislativo Municipal, para o biênio 1975/76. - Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

Sob o nº 12/75, do Senhor LUIZ SÉRGIO BATISTA, Presidente da Câmara Municipal de Pinhalão, comunicando haver sido eleita a nova Mesa daquele Legislativo Municipal, para o biênio 1975/76. - Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

Sob o nº 001/75, do Senhor MASSACHIRO MORI, Presidente da Câmara Municipal de Assis Chateaubriand, comunicando haver sido eleita a nova Mesa daquele Legislativo Municipal, para o biênio 1975/77. - Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

Sob o nº 09/75, do Senhor WILSON SIDENI DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Tuneiras do Oeste, comunicando haver sido eleita a nova Mesa daquele Legislativo Municipal, para o biênio 1975/76. - Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

Sob o nº 01/75, do Senhor MANUEL ORTIS, Presidente da Câmara Municipal de Loanda, comunicando haver sido eleita a nova Mesa daquele Legislativo Municipal, para o biênio 1975/1977. - Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

Sob o nº 01/75 do Senhor FRANÇOIS ABIB, Presidente da Câmara Municipal de Irati, comunicando haver sido eleita a nova Mesa daquele Legislativo Municipal, para o biênio 1975/1976. - Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

REQUERIMENTOS

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do disposto no Regimento Interno, com o apoio do Plenário, requer a inserção em Ata dos Trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo passamento do ilustre cidadão Sr. Gabriel Esperidião. Trata-se de uma figura pioneira na cidade de Paranavai, que desbravou aquela Região quando ainda no seu nascedouro. Constituiu-se em espécie de conselheiro político das lideranças locais, em benfeitor, além de gozar de largo prestígio entre a classe comercial e agropecuária, nas quais igualmente foi um bandeirante.

Outrossim, requer que da deliberação desta Casa seja dada ciência à Família enlutada na Cidade em que residiu.

Sala das Sessões, em 6 de abril de 1975.

a) WILSON FORTES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa. que, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata um voto de pesar pelo falecimento em Pato Branco, do Vereador Erminio Santin.

Solicita também que da decisão da Casa, se dê conhecimento à Família enlutada, ao Senhor Prefeito e à Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1975.

a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA: Erminio Santin era um dos mais ilustres e dedicados Vereadores da Câmara Municipal de Pato Branco, aliando à sua bondade inata e caráter íntegro, uma vida inteira de trabalho dedicado e combativo em prol daquela comunidade, tornando-se assim um verdadeiro líder.

Sua morte causou a mais profunda consternação não só entre os seus amigos e companheiros, como em toda a população.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

As manifestações culturais que pretendem e tem logrado levar a nossas populações a possibilidade de acesso a maiores e melhores conhecimentos, devem receber e têm recebido, por parte dos que têm parcela de responsabilidade na condução dos destinos de nossa gente, o aplauso e o reconhecimento.

Materialização palpável de inegável esforço nesse sentido

tem sido desenvolvido pelo grupo "Teatro de Roberto Menghini" que a par de permanente atividade se constitui num dos mais capacitados elencos do nosso Estado.

Formado por atores paranaenses, todos com mais de 15 anos de ininterrupta atuação, tem, ao longo desse tempo, percorrido quase todo o Paraná e desde há muito, levado a nossa arte a inúmeras cidades dos Estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A par de tudo, ainda, deve-se aduzir que o citado grupo teatral, num acendrado espírito paranista, tem há muito, como seu principal produtor o teatrólogo - de méritos, nacionalmente reconhecidos - Dr. Cícero de Oliveira, e como peça principal e de maior encenação "NEGA DE MALOCA".

Considerando tais fatos, o Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER seja consignado na Ata dos Trabalhos desta Sessão, voto de congratulações à Companhia de Teatro Roberto Menghini, seus Diretores, Atores e demais integrantes e ao autor Cícero Camargo de Oliveira, pelos relevantes serviços que tem prestado à arte paranaense.

Outrossim, requer mais, seja dado ciência da decisão da Casa aos homenageados.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1975.

a) ENEAS FARIA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado Ofício ao Sr. Diretor do DER, solicitando permanente conservação da estrada estadual que liga FIGUERA - CURIUVA.

O trecho, de aproximadamente 30 (trinta) km, encontra-se em péssimo estado, ocasionando sérios prejuízos à Região, problemas e danos aos que por ali trafegam.

Sala das Sessões em 07 de abril de 1975.

a) MAURÍCIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, respaldado nas prerrogativas que lhe confere o Regimento Interno, ouvido o Plenário, e CONSIDERANDO:

as excepcionais belezas cênicas e o papel histórico da Ilha do Mel, sem dúvida o ponto alto do litoral do Paraná;

a importância da criação de reservas que assegurem uma amostra das formações ecológicas do litoral paranaense;

o fato das condições ecológicas da Ilha se encontrarem ainda relativamente inalteradas;

a posição geográfica excepcional da Ilha, que a transforma em ponto importante para a segurança nacional, o que já justificou a construção de uma fortaleza em época do Brasil-Colônia, e sua ocupação militar durante a última Guerra;

o revestimento florístico da Ilha, que é patrimônio de interesse comum a todos os habitantes do país por seu valor científico;

a velha aspiração do paranaense em ter a Ilha do Mel como um parque a serviço da coletividade;

os numerosos pareceres técnicos favoráveis à transformação da Ilha em Parque, no qual as instalações turísticas deveriam ser concentradas em locais restritos;

o interesse do Estado do Paraná por planos de preservação de áreas na região litorânea;

as devastações recentemente levadas a efeito na Ilha; o estabelecido pelo II PND, de que o País precisa defender, sistemática e programaticamente, o seu patrimônio de recursos naturais, cuja preservação faz parte do desenvolvimento, como

também o faz a proteção ao patrimônio cultural representado pelas cidades históricas;

por último, que urgentes providências são necessárias no sentido de impedir que o patrimônio natural venha a sofrer novas violações;

REQUER a V. Exa. se digne, uma vez aprovado o presente, oficial aos Exmos. Srs. Governador do Estado, Secretário da Agricultura e Superintendente do IBDF no Paraná, objetivando a breve criação do PARQUE E RESERVA BIOLÓGICA DA ILHA DO MEL.

Outrossim, solicita que se dê ciência deste à Associação de Defesa e Educação Ambiental, sediada a Rua Mal. Deodoro, 450, 15º andar, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1975.

a) PAULO CAMARGO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Fundação IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, desde 1936 tem sua Delegacia do Paraná aqui instalada. De sua instalação até esta data, apesar de contar em seus quadros com laboriosos, eficientes e capacitados funcionários, a nível de direção, o Paraná ainda não teve em qualquer oportunidade o ensejo de ver qualquer deles alçado à condição de Delegado.

Face anunciadas modificações diretivas ocorrerá vacância do cargo de Delegado da Fundação IBGE do Paraná.

O reconhecimento do mérito, aos valores e a dedicação dos que aqui labutam, com larga folha de relevantes serviços prestados à Fundação, transforma-se em direito para nosso Estado, pleitear, agora, e de forma decisiva, a conquista da posição regional.

Assim considerando, e no uso de suas prerrogativas, o Deputado que este subscreve, REQUER seja com apoio desta casa, encaminhado expediente, do inteiro teor deste Requerimento, pleiteando à Delegacia do Paraná da Fundação IBGE para funcionário profissionalmente aqui radicado, aos:

a) Exmo. Sr. Prof. Eurico de Andrade Neves Borba

DD. Diretor Geral do IBGE.

b) Exmo. Sr. Prof. Isaac Kerstenetzky

DD. Presidente do IBGE.

c) Aos Exmos. Srs. Senadores e Deputados Federais pelo Paraná.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1975.

a) ENEAS FARIA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, apelo no sentido de serem tomadas as providências necessárias, pela FUNDEPAR, com a maior urgência possível, para reparos nos prédios onde funcionam os Grupos Escolares SOUZA NAVES e JOHN KENNEDY, na cidade de Rolândia.

Sala das Sessões, 04 de abril de 1975.

a) OTASSIO PEREIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições

e na forma do Regimento Interno. REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Governador do Estado apelo no sentido de ser reinstalado um Posto de Serviço do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado, o IPE, na cidade de Rolândia.

Sala das Sessões, 04 de abril de 1975.

a) OTASSIO PEREIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando preceitos regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja enviado ofício à ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA, cumprimentando seus diretores pela data comemorativa de criação dessa entidade.

JUSTIFICATIVA: Na vanguarda da defesa dos interesses e da liberdade plena de nossa imprensa, a Associação Brasileira de Imprensa, comemora hoje mais um ano de incessantes e marcantes atividades.

Entidade representativa dos mais distintos e importantes veículos de comunicação sediados em nosso País, a ABI vem, através dos anos, através dos mais diversos ostágios políticos da Nação Brasileira, norteado sua ação dentro dos mais sadios princípios democráticos, objetivando sempre amparar o jornalismo brasileiro, pugnando continuamente pela total liberdade da expressão de ideias e conceitos.

Assim posicionando, requeremos o envio de expediente à preclara Associação Brasileira de Imprensa, cumprimentando-a pela efemeride que hoje transcorre.

a) VALTER PIETRÂNGELO

PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Projeto de Resolução 20/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R e s o l v e

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo nos termos do Artigo 28 da Constituição Estadual, a seguinte resolução:

Art. 1º - O item VI, do Artigo 2º do Decreto Legislativo nº 573/67, passa a ter a seguinte redação:

VI - DEPARTAMENTO DE FINANÇAS (D.F.)

- a) - Gabinete da Diretoria do Departamento de Finanças (D.F. 1)
- b) - Assessoria (D.F. 2)
- c) - Tesouraria Geral (D.F. 3)
- d) - Divisão de Tesouraria (D.F. 4)
 - 1 - Seção de Controle Bancário (D.F. 4.1)
 - 2 - Seção de Serviço de Tesouraria (D.F. 4.2)
- e) - Divisão de Pagadoria (D.F. 5)
 - 1 - Caixa (D.F. 5.1)
- f) - Contadoria Geral (D.F. 6)
- g) - Setor de Imposto de Renda (D.F. 7)
- h) - Divisão de Contabilidade (D.F. 8)
 - 1 - Seção de Registros Contábeis (D.F. 8.1)
 - 2 - Seção de Elaboração, Execução e Controle Orçamentário (D.F. 8.2)
 - 3 - Seção de Administração Contábil (D.F. 8.3)
- i) - Divisão de Controle Financeiro de Pessoal (D.F. 9)
 - 1 - Seção de Folhas de Pagamento (D.F. 9.1)
 - 2 - Seção de Consignações e Descontos (D.F. 9.2)
- j) - Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais (D.F. 10)
- l) - Divisão de Registros (D.F. 11)
 - 1 - Seção de Cadastro de Entidades (D.F. 11.1)
 - 2 - Seção de Registro das Operações (D.F. 11.2)
- m) - Divisão de Aplicações (D.F. 12)
 - 1 - Seção de Controle das Dotações (D.F. 12.1)
 - 2 - Seção de Execução e Pagamento (D.F. 12.2)

Art. 2º - O artigo 14 do Decreto Legislativo nº 573/67, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 14 - Ao Departamento de Finanças compete:

I - Pela Assessoria:

- a - assessorar o Diretor de Finanças de Departamento nas suas atribuições;
- b - apreciar e dar parecer em processos enviados pelo Diretor de Finanças, e,
- c - organizar e manter atualizada a coletânea de legislação do Estado, do País, que venha de encontro às atividades do Departamento.

II - Pela Tesouraria Geral:

a - Pela Divisão de Tesouraria:

a - Pela Seção de Controle Bancário:

1 - organizar o controle das contas bancárias, mantidas pela Assembléia, mantendo-o atualizado;

2 - relacionar os cheques e Ordens de Crédito, emitidos pela Assembléia Legislativa e,

3 - relatar, diariamente, a posição bancária da Assembléia Legislativa.

b - Pela Seção de Serviço de Tesouraria:

1 - confeccionar os cheques e ordens de crédito para pagamento de Pessoal e fornecedores da Assembléia Legislativa;

2 - manter cadastro das contas pagas, bem como dos respectivos credores;

3 - confeccionar e enviar os avisos aos credores dos pagamentos feitos através de ordens de crédito, e,

4 - confeccionar o Boletim de Operação Diária da Tesouraria Geral, para fins de registro contábil.

B - Pela Divisão de Pagadoria:

a - Pelo Caixa:

1 - efetuar os pagamentos autorizados;

2 - ter sob sua guarda o numerário para atender as despesas de pronto pagamento, e,

3 - fazer diariamente, o fechamento do caixa, enviando-o ao Tesoureiro Geral.

III - Pela Contadoria Geral:

A - Pelo Setor do Imposto de Renda:

a - determinar o índice para cálculo do imposto de renda de desconto em folha de Pagamento;

2 - determinar o índice para cálculo do imposto de renda para desconto na fonte, nos processos de pagamento a fornecedores, conforme dispõe a legislação;

c - informar quando solicitado, sobre os problemas relativos ao imposto de renda, e,

d - manter atualizada coletânea de leis que interessam ao setor.

B - Pela Divisão de Contabilidade:

a - Pela Seção de Registros Contábeis:

1 - registrar as operações contábeis da Assembléia Legislativa, elaborando os balancetes mensais e balanços anuais;

2 - elaborar o relatório trimestral das operações financeiras da Assembléia Legislativa;

3 - prestar as informações relativas às operações contábeis,

4 - manter atualizado o plano de contas.

b - Pela Seção de Elaboração, Execução e Controle Orçamentário:

1 - elaborar a proposta orçamentária, sob a coordenação da Comissão Especial;

2 - confeccionar a documentação necessária que possibilite as liberações das dotações Orçamentárias, junto às entidades competentes;

3 - emitir fichário que controlem os serviços sob a sua guarda.

4 - emitir notas de empenho em processos devidamente autorizados.

c - Pela Seção de Administração Contábil:

- 1 - confeccionar as autorizações de pagamento e manter controle das mesmas;
- 2 - instruir processos de despesa da Assembléia Legislativa;
- 3 - confeccionar ordens de recebimento e guias de estorno;
- 4 - confeccionar os demonstrativos de despesa da Assembléia Legislativa, e,
- 5 - executar os serviços Administrativos especializados do Departamento.

C - Pela Divisão de Controle Financeiro do Pessoal:

- a - Pela Seção de Folhas de Pagamento:
 - 1 - confeccionar as folhas de pagamento;
 - 2 - providenciar para que as folhas de pagamento sejam encaminhadas em cumprimento às formalidades legais;
 - 3 - solicitar os empenhos das folhas de pagamento junto à Divisão de Contabilidade, e,
 - 4 - registrar em fichas individuais, todas as alterações relativas ao pessoal, para efeito de pagamento, desconto, reposição e consignação.

b - Pela Divisão de Consignação e Descontos:

- 1 - organizar e manter atualizado fichário relativo aos descontos efetuados em folhas de pagamento;
- 2 - organizar processos e providenciar o encaminhamento dos pagamentos aos credores para consignação, em folha de pagamento, e,
- 3 - informar e instruir processos relativos a descontos e consignações.

IV - Pela Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais:

A - Pela Divisão de Registros:

- a - Pela Seção de Cadastro de Entidades:
 - 1 - organizar e manter atualizado o cadastro de entidades beneficiadas com auxílios financeiros;
 - 2 - instruir processos relativos a novos auxílios financeiros às entidades cadastradas, e,
 - 3 - elaborar certidões e atestados atinentes às entidades cadastradas.

b - Pela Seção de Registro de Operações:

- 1 - registrar, nas fichas próprias, as operações diárias;
- 2 - confeccionar avisos de crédito aos Deputados, e,
- 3 - confeccionar relatório mensal das operações.

B - Pela Divisão de Aplicações:

- a - Pela Seção de Controle das Dotações:
 - 1 - confeccionar cheques e ordens de pagamento dos auxílios financeiros autorizados;
 - 2 - manter arquivado sob a sua guarda os processos liquidados, para a posterior prestação de contas;
 - 3 - informar aos Deputados sob os processos mantidos em arquivo;
 - 4 - elaborar os processos de prestação de contas à Diretoria Legislativa, e,

- 5 - manter controle das cotas bancárias abertas, relativas às dotações pessoais dos Deputados, e,

b - Pela Seção de Execução e Pagamento:

- 1 - efetuar os pagamentos autorizados;
- 2 - remeter os processos pagos à Divisão de Registros;
- 3 - escriturar diariamente o livro Caixa, e,
- 4 - ter sob sua guarda o numerário destinado a atender os auxílios pessoais.

§ 1º - As atribuições específicas das Chefias do Departamento de Finanças, no que diz respeito à documentação que cabe cada um afirmar, para recebimento ou pagamento, será determinado pela Comissão Executiva, de acordo com as exigências administrativas.

§ 2º - As readaptações de cargos e funções de Chefia no Departamento de Finanças, ficará à deliberação da Comissão Executiva.

§ 3º - Os cargos de Assessor do Departamento de Finanças e Chefe do Setor de Imposto de Renda na Contadoria Geral é

privativo de funcionários do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, possuidores de diploma de nível universitário.

Art. 3º - Na estrutura Administrativa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, fica criado o Departamento de Pessoal.

§ 1º - No artigo 2º do Decreto nº 573, de 29 de novembro de 1967, fica acrescido o item IX com a atual composição do item VIII e este passa a ter a seguinte redação:

VIII - DEPARTAMENTO DE PESSOAL (D.P.)

a - Gabinete da Diretoria do Departamento de Pessoal (D.P.I.).

b - Assessoria Jurídica (D.P.2).

c - Divisão de Regime Legal (D.P.3).

1 - Seção Administrativa do Pessoal (D.P.3.1)

2 - Seção de Administração de Cargos e Vencimentos (D.P.3.2).

d - Divisão de Cadastro de Pessoal (D.P.4).

1 - Seção de Cadastro de Deputados (D.P.4.1.).

2 - Seção de Cadastro de Funcionários (D.P.4.2).

e - Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal (D.P.5).

§ 2º - Fica inserido no Decreto nº 573, de 29 de novembro de 1967, ao Departamento de Pessoal compete:

I - Pela Assessoria Jurídica:

a - assessorar o Diretor do Departamento de Pessoal nas suas atribuições;

b - apreciar e dar parecer em processos enviados pelo Diretor do Departamento de Pessoal, com recurso para o Gabinete de Assistência Técnica, por parte dos interessados, no prazo de quinze dias, e,

c - organizar e manter atualizada a coletânea de legislação do Estado e do País, que porventura venham de encontro aos interesses das atividades do Departamento.

II - Pela Divisão de Regime Legal:

a - Pela Seção Administrativa do Pessoal:

1 - elaborar os atos da Comissão Executiva e Diretoria geral;

2 - informar os processos referentes a pessoal;

3 - encaminhar para efeito de publicação, os atos oficiais referentes ao pessoal;

4 - encaminhar ao Departamento de Finanças, quaisquer alterações relativas a remuneração de funcionários.

b - Pela Seção de Administração de Cargos e Vencimentos:

1 - elaborar contagem de tempo de serviço dos funcionários fazendo-a publicar anualmente;

2 - organizar e manter atualizado fichário das deliberações da Comissão Executiva e Diretoria Geral;

3 - Organizar mapa de comparecimento, de férias e de licença dos funcionários;

4 - prestar assistência à Comissão de Promoções;

5 - manter registro de vagas nas diversas carreiras;

6 - promover, de ofício, a implantação das vantagens do pessoal;

7 - organizar e manter as listas de endereços dos funcionários, e,

8 - elaborar estatística do Departamento.

III - Pela Divisão de Cadastro de Pessoal:

a - Pela Seção de Cadastro de Funcionários:

1 - lavrar termo de posse e outros;

2 - fornecer carteiras de identidade;

3 - elaborar e apostilar títulos de nomeação;

4 - elaborar certidões, atestados e declarações relativas a vida funcional, e,

5 - manter atualizada a ficha funcional.

b - Pela Seção de Cadastro de Deputados:

1 - manter atualizadas as pastas individuais dos Deputados em exercício;

2 - preparar carteira de identidade dos Deputados;

3 - manter em dia o Mapa de Frequência dos Deputados, de acordo com as informações do Departamento Legislativo;

4 - elaborar mensalmente síntese de controle de Frequência dos Deputados, em mapa próprio, para fins legais;

5 - elaborar o relatório mensal sobre a frequência dos Deputados as Sessões Plenárias, para ser encaminhado ao Sr. 1º Secretário;

6 - fornecer, mensalmente, ou quando solicitado, aos Deputados, informações relativas à situação pessoal de cada um, em relação à frequência, e,

7 - fornecer certidões e atestados relativos à situação dos Deputados, quando solicitados.

IV - Pela Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal:

a - promover pesquisa sobre as necessidades de treinamento de Servidores, orientando-se pelas indicações da Seção de Administração de Cargos e Vencimentos;

b - planejar e promover cursos, visando a formação, aperfeiçoamento e especialização profissional do Pessoal;

c - promover a seleção de bolsistas para cursos de treinamento e aperfeiçoamento em organizações especializadas;

d - sugerir celebração de convênios com entidades especializadas e, ministração de cursos especializados, e,

e - expedir certificado de conclusão de cursos e promover o registro na ficha funcional.

§ 3º - A Assessoria Jurídica do Departamento de Pessoal será exercida por funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, portador de diploma de Bacharel em Direito.

§ 4º - O cargo de Diretor de Departamento de Pessoal será exercido sob o regime de função gratificada até que a Lei venha a dispor sobre a criação do cargo.

§ 5º - A Comissão Executiva disporá, quando julgar necessário, sobre a estrutura da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal.

Art. 4º - Os cargos de Diretores e Chefes constantes da presente Resolução, ficam adstritos às normas do artigo 7º da Lei nº 6.119, de 29 de junho de 1970.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 7 de abril de 1975.

a) PAULO CAMARGO - Presidente

a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário

a) MAURÍCIO FRUET - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

A legislação que estrutura os serviços administrativos da Assembleia Legislativa, data de 29 de novembro de 1967, isto é, mais de 8 (oito) anos, e durante este interregno a administração da Casa sofreu, por influências externas e internas, determinadas modificações de fato, advindo daí a necessidade de se adaptar às novas exigências.

O setor financeiro da Assembleia Legislativa, foi o que mais sofreu com as modificações introduzidas, tanto pelo órgão estadual, como as trazidas pelas determinações administrativas da própria Casa.

No presente Projeto de Resolução, não se procura inovar, mas antes de tudo, adaptar órgãos de maior valia para a administração, às condições preexistentes, sem no entanto, esquecer o que o futuro exigirá.

Os dois órgãos básicos de qualquer administração pública é o financeiro e o pessoal, tanto é assim, que na nova organização administrativa estadual as duas Secretarias que maior desenvoltura reestrutural sofreram foram a de Finanças e Recursos Humanos.

O Departamento de Finanças foi totalmente adaptado às exigências do momento e estruturado para arcar com novas atribuições que, por certo, virão em consequência da desenvoltura que, hodiernamente, vem sofrendo o Poder Legislativo.

A criação do Departamento de Pessoal, desvinculando-se estruturalmente, do Departamento de Finanças, era uma exigência imperiosa para que um órgão que atende o homem, capital mais importante, de qualquer administração tivesse meios de atender os problemas afetos.

Tanto é assim, que o próprio Governo Estadual não se perturbou em criar uma Secretaria de Recursos Humanos.

O órgão de Pessoal de qualquer administração não pode se preocupar, somente em cadastrar e informar as condições funcionais, mas sim se estruturar de acordo com as exigências administrativas e, precipuamente, em dar pessoal apto para maior desenvoltura nos serviços. É o que se procura com a presente Resolução.

Pelo exposto e é de conhecimento de todos que, mesmo superficialmente, conhecem e tratam com a administração do Poder Legislativo, é plenamente justificável a aprovação do presente Projeto, pois só assim estaremos atendendo os problemas de dois setores, dos mais importantes, para o serviço da Secretaria.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 33/75

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Inspeção Regional de Ensino, na sede do Município de Ibiporã, com jurisdição sobre o mesmo, e mais os Municípios de Jataizinho e Rancho Alegre.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1975.

a) FRANCISCO ESCORSIN

JUSTIFICATIVA:

A sede da Inspeção Regional de Ensino de Londrina, pelo volume dos problemas educacionais, abrangendo uma população Região, não atende a contento, os problemas a si afetos.

A Região a que alude este Ante-Projeto, reclama com insistência, a instalação de uma Inspeção Regional de Ensino, e o Município de Ibiporã é o centro geográfico para sua sede.

PROJETO DE LEI Nº 34/75

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a criar uma Inspeção Regional de Ensino, na sede do Município de UBITATÁ, com jurisdição sobre o mesmo e mais os Municípios de CAMPINA DA LAGOA, NOVA CANTU, BOA ESPERANÇA e NOVA AURORA.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1975.

a) FRANCISCO ESCORSIN

JUSTIFICATIVA:

O município de Ubitatá distancia-se da sede da Inspeção Regional de Campo Mourão, numa extensão de cento e seis quilômetros; e os problemas educacionais são prejudicados pela ausência constante de uma supervisão educacional.

A região a que alude este Ante-Projeto de Lei, reclama com insistência a instalação de uma Inspeção Regional de Ensino, e o Município de Ubitatá é o centro geográfico para sua sede.

O SR. PRESIDENTE - Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FURET - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao final da legislatura passada, esta Assembleia em plena época eleitoral, viu-se assoberbada com Mensagens do então Chefe do Poder Executivo, que usando das prerrogativas do § 3º e 5º do Artigo 25 da Constituição Estadual, promulgou todas estas Mensagens sem que, pela velocidade e pelo apodamento com que se processaram a tramitação das mensagens enviadas fosse dada oportunidade para que as Mensagens pudessem ser melhor examinadas pelos Srs. Deputados.

Como Deputado da Oposição, é de se esperar que assuma a Tribuna desta Casa para fazer oposição. Mas o que me traz aqui é mais do que a posição de Oposição. Venho à Tribuna como paranaense, obrigado, por essa boa razão, prestar um serviço ao Governo do Estado, porque interessa ao Paraná, e defender o patrimônio de nossa gente.

O Governo passado encomendou um estudo de reforma organizacional do Poder Executivo, do que resultou a Lei 6.636 promulgada a 29 de novembro último. Dois professores de nossa Universidade, certamente com discrição proposital, pelo menos dois, fizeram observações sobre o referido diploma. Pensei até que apenas quisessem resguardar um pouco a existência da Universidade, não deixando que, pelo silêncio, se concluísse o pior.

A pretensa concepção sistemática do Poder Executivo para sua estruturação formal, é defeituosa porque parcial e equivocada. Os conceitos, as relações e as classificações que dela derivam são falhos e errôneos. Veja-se por exemplo, a balburdia que é o Art. 1º da referida Lei, quer em matéria de procedência, quer quanto à definição da administração pública estadual. O resultado foi uma estruturação pior do que se tinha.

O tratamento jurídico é de jejuno em direito. É de estarrecer. Veja-se, por exemplo, a definição de sociedade de economia mista, no inciso 3º do Art. 7º - "Sociedades de Economia Mista, entidades de personalidade jurídica de direito privado, instituídas por autorização de lei e organizadas por estatutos, com patrimônio próprio capital, representado por ações de posse majoritária, do Estado, a fins declaradamente lucrativos".

Esta expressão - "ações de posse majoritária do Estado" é de quem não conhece nada de direito. Não distingue o que é *posse* e o que é *propriedade*. Isto em um texto da Lei de tal importância.

Se disserem agora que foi um erro de datilografia ou de imprensa como justificativa dessa calamidade, sou obrigado a pedir a atenção de V. Exas. e de todos, como prova final da carência jurídica do espírito que elaborou o Projeto que deu na Lei promulgada, o disposto no último Artigo, o Art. 123. Segundo o final deste Artigo, as disposições da Lei não podem sofrer alterações no prazo de três anos de sua vigência. Isso é uma aberração é maior quando há erros crassos como aquele de confusão entre *posse* e *propriedade* de ações.

O Governo atual se não deseja responder pelo mesmo pecado anterior, deve tomar a iniciativa de rever o monstro que é a Lei 6.636.

Para salvaguarda do respeito que a nossa gente merece, sobretudo dos professores que honram nossas escolas, porque o Projeto desta Lei não é fruto de nossa cultura.

Deixo o registro destas observações nos Anais da Casa, na certeza de que S. Exa. o Líder do Governo, Deputado Ivo Thomazoni, irá encaminhá-las a S. Exa. o Chefe do Poder Executivo, a fim de que se possa corrigir os erros cometidos em função principalmente do apodamento com que as Mensagens passaram por esta Casa e posteriormente foram promulgadas com base nos dispositivos dos parágrafos 3º e 5º do artigo 25 da Constituição do Estado. - (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando exercíamos a função de Vereador na cidade de Ponta Grossa, juntamente com companheiros da ARENA e do MDB, éramos solicitados a efetivar ou não o convênio com a SANEPAR. Foi constituída uma Comissão dos Vereadores daquela municipalidade para se deslocarem até Maringá e Londrina, e estudarem a viabilidade ou não do compromisso a ser assumido pelo povo de Ponta Grossa, representado pelos seus Vereadores. Maringá não fazia parte, como até hoje não faz, do esquema desta autarquia do Estado que é a SANEPAR, e Londrina contava com a assistência destes serviços.

A Comissão de Vereadores, depois de estudos sobre a viabilidade ou não, opinou que deveríamos optar, através de um contacto mais direto e dos compromissos a serem assumidos com o povo de Ponta Grossa e a SANEPAR pela realização do convênio.

Foi extinto o Serviço de Água e Saneamento do Município e passou Ponta Grossa a fazer parte do esquema de administração da SANEPAR. Na ocasião o Presidente daquela Entidade, Dr. Mário Brandalise, em reunião na Associação do Comércio e Indústria de Ponta Grossa, tornava público os objetivos a serem desenvolvidos na administração da SANEPAR de meu município. Comprometeu-se aquela Autarquia a fazer com que um escritório regional da SANEPAR fosse ali montado, conforme compromisso assumido publicamente pelo seu Presidente. Comprometeu-se ainda aquela autoridade de que os elementos credenciados dentro do serviço do S.A.S., que os pontagrossenses que tivessem capacidade comprovada continuassem a servir o órgão representativo da SANEPAR e que o Diretor da autarquia ali representada seria realmente um elemento capacitado. Assumiu ainda outros compromissos S. Exa. o Sr. Presidente da Sanepar.

Hoje, Sr. Presidente, passado um ano e pouco, o atual Presidente da SANEPAR, juntamente com o Dr. Mário Brandalise que lá se encontra, não cumpriu nenhum dos compromissos assumidos com minha cidade, com a administração de nossa cidade.

Está faltando alguma coisa que nós possuímos, que a maioria desta Casa possui, que é o respeito aos compromissos, o respeito a acordos políticos, e, principalmente, o respeito a uma comunidade como é Ponta Grossa.

Está dirigindo a Sanepar um Sr. Advogado, e está dirigindo aquele serviço da mesma forma como foi lembrado, nesta Casa, por um ilustre Deputado da ARENA, Gabriel Manoel, representante do Norte Pioneiro, de que a água ali distribuída é de má qualidade, porque quem cuida disso é um elemento incapacitado. E agora, com a evasão dos homens que representavam alguma coisa dentro daquele sistema, houve uma verdadeira avalanche de descuidos, de desempregos, em nossa Cidade. Levaram para lá apadrinhados políticos e houve falta do cumprimento da palavra dada, não a nós, mas à comunidade paranaense, à comunidade pontagrossense.

Trazemos ao conhecimento da Casa que não somente a Sanepar falta com os compromissos assumidos em nossa Cidade, mas também S. Exa. o Sr. Emilio Gomes, que em 15 de setembro de 1974, quando do aniversário de nossa cidade, assinou uns convênios pelos quais iria, a Secretaria dos Transportes, juntamente com o DNER, fazer com que as entradas e saídas fossem melhor preparadas para o afluxo dos brasileiros que por ali transitam.

E, na última sexta-feira, duas pessoas intimamente ligadas a nós, ali perderam a vida. Nossa Cidade foi atingida por dois casos fatais por falta absoluta de observância daqueles convênios que já haviam sido assinados o ano passado. E como esses nossos dois amigos, centenas de vítimas já se fizeram nas entradas e saídas de nossa cidade. E isso tudo por falta de respeito aos compromissos assumidos, porque, para o Norte, iria ser construído um viaduto, mas nada foi feito ainda.

Estamos fazendo um levantamento, através da CIRETRAN, para mostrarmos à Casa o número de acidentados naquele único

trajeto de 5 km de entrada e saída da cidade. E, pasmem, Srs. Deputados, mais de 50 pessoas morreram em dois anos nessa movimentada estrada.

E ao mesmo tempo que iremos requerer um voto de pesar pelo passamento desses dois amigos nossos, queremos lembrar a S. Exa. o Sr. Governador que não somente em épocas festivas, em épocas eleitorais, convênios devem ser assinados, mas devem ser cumpridos. Pois foi pela falta de cumprimento a esses convênios que esses acidentes fatais ocorreram. É falta de cumprimento desses convênios está como que marginalizando a nossa região de Campos Gerais.

E ao finalizar, devemos dizer que esses convênios que não são cumpridos, e estamos falando em nome da Cidade, em nome de quem representamos, queremos fazer com que o Governo sintam que alguma coisa de concreto tem que se realizar.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Paulo Camargo).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Devo, nesta Casa, em outras sessões, voltar a abordar assunto que hoje trago ao conhecimento de meus nobres Pares.

(Lendo): "A numerosa classe dos servidores públicos do Estado vem enfrentando situação muito difícil. Desde há muito foi relegada a um plano secundário ao desenvolvimento econômico e social de nosso País. O Estado Brasileiro tem adotado uma atitude a respeito dos servidores públicos, que é superficial e arbitrária.

A atitude superficial é a de que vê o funcionário público como peça sem valor funcional no processo do desenvolvimento; e vê ainda, o servidor público como desqualificado para as funções atribuídas a ele no aparelho do Estado. Mas este Estado não compreende que o servidor público é uma peça valiosa, essencial ao desenvolvimento e que cabe ao próprio Estado encontrar os meios para que o funcionário não ajustado ainda aos objetivos fundamentais do desenvolvimento tenha as oportunidades funcionais, técnicas e sociais para que venha a cumprir o que dele se espera.

Na verdade, é o próprio Estado, por seus dirigentes que não tem condições para cumprir seu papel na sociedade moderna. Não estudou, não promoveu e não consegue encontrar os caminhos para o aperfeiçoamento do aparelho do Estado; talvez de tanto desvirtuá-lo, de tanto se preocupar com a permanência de seus titulares.

Bem verdade, que não são os servidores públicos as únicas vítimas do nosso modelo de desenvolvimento: os trabalhadores do campo e da cidade, os assalariados de todas as áreas, o agricultor e o pequeno proprietário, os profissionais liberais em geral; enfim, os nacionais; todos são vítimas de um processo geral que tem a ponta de lança voltada para o peito.

Todavia, a contradição no caso do funcionalismo público se mostra em dupla evidência: a mesma situação de dificuldades enfrentada pelo conjunto dos que trabalham, com a particularidade de ser participante de um aparelho de Estado hiperatrofiado, todo poderoso, que se atribui uma participação e uma decisão exorbitante em todos os setores da vida brasileira. Talvez no caso dos países subdesenvolvidos, como o Brasil, o Estado tenha que assumir um papel decisivo, mas sem a vida democrática esse papel se distorce e é manipulado a favor dos grandes grupos internacionais e seus beneficiários.

O servidor público ainda aguarda as oportunidades que lhe são devidas pelo Estado. Mas a cada dia que passa essas esperanças desaparecem. Ele vê que o Governo está preso ao desenvolvimento político, aos interesses e arbitrariedades funcionais de seus chefes que postulam, e obtêm nomeação e gratificações e vantagens para uma aristocracia funcional, que não serve ao Estado e dele se serve para a atividade político-partidária. O servi-

dor público, em escala federal e estadual, está vendo o que ocorre com as sociedades de economia mista e seus quadros superiores de superfuncionários, com os contratados especiais que, hoje, constituem um subterfúgio legal para premiar as nomeações de gala. O servidor público sabe que os símbolos, letras e números, na esclara de gratificações e mensagens, não têm que ver com a capacidade funcional nem o tempo de serviço.

O Governo Federal e os Estaduais reconhecem, formalmente, a necessidade de se implantar uma reforma em extensão e profundidade no serviço público. Entretanto, as metas de capacitação funcional, reenquadramento e produtividade com secretarias de administração, recursos humanos e quantos títulos outros — se esbarram com o padrão de vida dos servidores públicos. E, de uma escala funcional que era mais ou menos obedecida, chegamos a uma situação evolutiva, em que se criaram castas de classe; de sorte que, dependendo da classe social, o servidor entra nos escalões inferiores, médios ou superiores. E nada disso tem que haver com capacitação funcional e produtividade.

Porém, mesmo o servidor público do tope, do nível mais alto, não recebe remuneração condigna ante a voragem dos grandes negócios e o ataque da inflação, com a consequente espiral negativa da deteriorização do cruzeiro.

O Estado não trata os servidores públicos apenas com injustiça. Ele os trata, do ponto de vista de trabalho, com discriminações inaceitáveis; do ponto de vista humano, de modo ofensivo e desrespeitoso. Não garante ao funcionalismo a segura e a tranquilidade de vida, em atividade profundamente remunerada e evolutiva. A grande verdade é que o funcionário público, em modo geral, não pode trabalhar e render o que dele se espera. Permanece atado a um vencimento insuficiente, que não permite o atendimento à família; e com esse vencimento fica a imaginar como poderá valer-se de algum poderoso para uma designação mais vantajosa.

Aqueles setores do aparelho do Estado que estão a estudar reformas e implantação na área do servidor público, não poderão chegar a qualquer ponto resolutivo que decida essa magna questão social e funcional, se não questionarem a atitude do próprio Governo e seus dirigentes, se não transformarem a política que vem sendo posta em prática. Para isto há que mudar a atitude do Governo, e para mudar esta atitude, é imprescindível mudar sua filosofia. Não a filosofia expressa nos programas de publicidade, mas aquela outra, evidente e não falada, de concentração de capitais e forças, em torno de grupos restritos, de ação e idéias não-nacionais, e antinacionais. Mudar o espírito de tutela para com o povo e os servidores, do padrasto que alardeia objetivos que não tem na realidade. Do padastro supostamente extremosos em seu amor, porém desinteressado da sorte e do bem-estar das populações, porque sua cegueira é reproduzida pela direção e objetivos não proclamados.

Vivemos tal situação hoje que, para fundamentar uma crítica, para justificar um pronunciamento, é necessário rastrear o pensamento-motor que está a desviar o Governo dos problemas humanos e sociais. E a constância desse pensamento, sua resistência à verdade torna cada vez mais aguda a situação social brasileira.

A situação concreta apresenta dados indesmentíveis. A Fundação Getúlio Vargas divulga um estudo — O Governo reconhece — em que consta que, nos últimos 10 anos, a deterioração dos salários retirou o poder aquisitivo de todas as camadas de trabalhadores brasileiros. Neste estudo — amplamente divulgado pela imprensa brasileira — o salário mínimo, em termos proporcionais a 1964, teria que estar hoje na casa dos Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros).

Os cálculos insuficientes para composição do salário-mínimo, nós sabemos bem, são cálculos de subsistência individual, em precaríssimas condições de sobrevivência. E tanto o trabalhador das atividades particulares como o funcionário público, são ainda encarados dentro desta filosofia subdesenvolvida, de com-

pressão salarial, para o maior lucro, da atividade privada e do Estado.

Aqueles que levam em conta a situação desses milhões de brasileiros assalariados sabem muito bem como estamos fazendo um grande milagre; milagre construído numa só direção, com o sacrifício de todo o povo, numa situação de tranquilidade e extrema comodidade para um limitado grupo de empresas e pessoas. Seria muito bom se os arautos inconscientes dos magnos problemas nacionais deixassem de esgrimir e repetir sua pretensão de que, 1º) - alguns aspectos do progresso material foram construídos por seu esforço, por seu partido e pelo Governo, quando na verdade são produto do suor e privações das camadas laboriosas da Nação; e, 2º) - que este progresso material é produto de racionalidade e de uma política de desenvolvimento que honra e glorifica a Nação no plano nacional e internacional, quando a grande verdade é que o progresso material apresentado não é um progresso pelo qual pode orgulhar-se o povo brasileiro, pois é o progresso de poucos, calcado sobre o sofrimento das multidões desnutridas, desprotegidas, esgotadas até o sumo de suas possibilidades. E entre esses despossuídos, temos que admitir, estão os funcionários públicos".

Era só, Sr. Presidente.

OSR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Eneas Faria, terceiro orador inscrito.

OSR. ENEAS FARIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pretendendo tão somente usar esta Tribuna, desincumbir-me de outorga feita pela Comissão Permanente da Casa a qual eu pertenço, Comissão de Constituição e Justiça. Antes entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que efetivamente passe, como fiz anunciar, as considerações com relação aos trabalhos desta Casa, seria talvez necessário que, num rápido preâmbulo, se pudesse rememorar alguns fatos que tem de certa forma atingido e em muito, até mesmo o próprio prestígio deste Poder Legislativo.

E de conhecimento amplo, dos Senhores, de que a Constituição que hoje vigora em seus termos dispositivos limitadores, da competência e do trabalho legislativo, até mesmo inibindo o próprio talento e a própria votação pública dos parlamentares não só daqui do Paraná, como de resto no Brasil inteiro e no próprio Parlamento Nacional.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e mais ainda a mim, como homem da Oposição, como homem do MDB, que entende que determinada norma nacional contida deve ser e já assim deveria ter sido feita, estirpadas no seu texto. Entretanto, há que se convir que só poderíamos chegar a um termo melhor, só podemos nos capacitar para a própria reforma constitucional no momento em que os parlamentares acabarem por deter em suas mãos todo o fortalecimento, todo o prestígio de que são popularmente investidos. Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tem sido corriqueiro e até já deixou de gerar mal estar social, exatamente pela sistemática que vem ocorrendo, tem sido corriqueiro o fato de que trabalhos legislativos recebem e volto a dizer, sistematicamente, o veto governamental. Entendemos que tais medidas apostas pelo Poder Executivo, quando principalmente se fundamenta na inconstitucionalidade da medida proposta unanimemente, tantas vezes aprovadas pelo Poder Legislativo, tais medidas acabam por consubstanciar um desprestígio pelo Poder Legislativo, tais atitudes, parecem um tanto vexas ao texto constitucional, passarem os parlamentares a usar de determinados eufemismos para fugir à rígida norma da Carta Magna para, quem sabe, melhor executar seus mandatos e, assim, tem sido ao longo dos anos, como de que uma jurisprudência já firmada, burlada, desviada à Constituição, para que se possa produzir algum trabalho. Entendeu, Sr. Presidente, a Comissão de Constituição e Justiça, nos trabalhos que lhe são afetos, não diria de dar respaldo constitucional a matéria, mas de procurar conter, através de medidas possíveis, algumas iniciativas manifestadamente inconsti-

tucionais. Pretende-se com isto, além da economia funcional, com a medida apresentada, cercar este Poder de prestígio, ganhar o fortalecimento que necessita e que precisa para exercer realmente o seu papel. Porisso, Srs. Deputados, talvez já tenha sido de conhecimento de alguns que, as atitudes unânimes da Comissão de Constituição e Justiça, estão buscando não dar assentimento, não dar tramitação a iniciativas de ordem inconstitucional, cabe-nos à Comissão, o dever de publicamente aqui neste Plenário, manifestar esta decisão, adotada para que, quem sabe, num conceito geral, pudéssemos usar de nossas prerrogativas, estritamente dentro da norma legal, transformando aquelas outras que a Lei não dá acolhida, não dá cobertura, transformando aquelas outras em iniciativas de sugestões, de ordem de apelos, de ordem de denúncia, de ordem de crítica.

O SR. GABRIEL SAMPAIO - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

É com muita satisfação que nós vimos e ouvimos V. Exa. mais uma vez nesta Tribuna, desta feita para transmitir uma decisão que me parece unânime da nossa Comissão Permanente da Comissão de Constituição e Justiça, mas comentávamos ainda hoje, Deputado Eneas Faria, com alguns colegas Deputados que, realmente, quando se fala em prestígio do Poder Legislativo, nós temos que entender como prestígio pessoal, de cada um de nós, porque o nosso Poder, em última análise, nós entendemos que um veto governamental a qualquer iniciativa de qualquer elemento da Casa, não deixa de ser certa forma um vexame a todos nós. Porque na maioria das vezes, o que temos observado, estes vetos são fundamentados na sua inconstitucionalidade.

Portanto, nesta Casa, se existe uma CCJ, e justamente e especificamente para verificar a sua inconstitucionalidade.

Não podemos admitir que, daqui, saiam leis aprovadas e que vão ao Governador para passagens, repito mais uma vez, desta espécie de vexame em termos de poder autônomo e de colaboração que é o Poder Legislativo para com o Executivo.

Portanto, nobre Deputado, nós, novos Deputados, eleitos Deputados pela primeira vez, entendemos como V. Exa., que a CCJ, vem oportunamente à Tribuna com esta decisão, uma vez que apenas inicia os trabalhos da oitava legislatura, e ainda há tempo, para que participemos de uma legislatura histórica na história não só do Paraná, mas também do Brasil.

E que coisas não de ser modificadas, e que coisas não de ser transformadas para que realmente dêem à Casa que representa o povo, a verdadeira concepção, a verdadeira colocação perante os demais Poderes.

Portanto, nobre Deputado, aceita o meu abraço de congratulação que é também extensivo à Comissão que V. Exa. faz parte, que é a CCJ.

O SR. ENEAS FARIA - Agradeço o aparte de V. Exa. e mais ainda, a compreensão com que V. Exa. recebe a decisão da CCJ.

Afinal, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que se pretendeu e o que entende a Comissão, é que com muito mais força do que o Projeto autorizatório, mais muito poder, muito mais prestígio do que simplesmente este Projeto que tem sistematicamente recebido a via do engavetamento pelo veto, que volte a esta Casa sistematicamente também, não aprovado numa atitude altamente vexatória para este Poder, mas muito mais força para esta Casa, no momento em que unanimemente se faz com um projeto que é combinar, decidir e conquistar o respeito dos fatos ou de alguma coisa...

O SR. MUGGIATI FILHO - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Recebemos com satisfação o comunicado do nobre Deputado Eneas Faria, sobre o novo critério a ser adotado pela CCJ. E isso porque já na Legislatura passada, nós tivemos oportunidade de votar contra a feitura de Leis, muitas delas até escandalo-

samente inconstitucionais, e que servem até às vezes de chacoalhas em torno do Próprio Poder Legislativo.

E o que me parecia sempre pior de que muitas vezes na sua grande maioria, os vetos em leis algumas, de duvidosa inconstitucionalidade, o Projeto quando vetado não era defendido pelo seu próprio autor.

Entendo que esta Casa deve assumir realmente, como tivemos a oportunidade de definir em nosso primeiro pronunciamento como líder de nossa Bancada, uma posição quanto aos projetos inconstitucionais. Porque só assim o Legislativo assumirá sua real personalidade, usando de outros meios de que dispõe, como sugestões e indicações, para levar ao Governo do Estado as pretensões populares que não possam ser objetivo de decisão legislativa.

Nós, talvez, com este pensamento, estaremos contrariando até alguns próprios companheiros nossos e colegas da ilustrada Bancada da ARENA, mas acreditamos que chegaremos a uma aprovação unânime em torno disto, para que esta Casa, quando deliberar sobre um projeto de inconstitucionalidade duvidosa mas que aqui se afirma constitucional, tenha a força, a consciência suficiente para manter este projeto em todos seus termos até as últimas consequências da sua tramitação, mesmo depois de vetado.

Transmito a V. Exa., em nome da nossa Bancada, não só a V. Exa. mas a toda a Comissão de Constituição e Justiça, a nossa aprovação a esta decisão, a este critério adotado pela referida Comissão.

O SR. ENEAS FARIA — Agradeço o aparte de V. Exa. e a posição que V. Exa. adota, principalmente na condição de líder da Bancada do MDB, atitude que certamente V. Exa. fará circular entre os membros de nosso Partido.

Entendo, Sr. Presidente, entendeu unanimemente a Comissão que se transforma a atitude inconstitucional autorizatória em atitude polêmica aqui neste Plenário, porque então o Requerimento e a indicação deixam de ser frios e apáticos papéis que circulam e nem sempre de conhecimento geral, deixam de ser frios papéis para se transformarem em vivo instrumento de trabalho deste Parlamento.

Porque aqui estaremos os autores destes Requerimentos e destas indicações, defendendo com ardor a posição que entendemos mais corretas.

Apresentaremos argumentações concretas para que o Poder Executivo venha a abrir as portas para a concretização, a materialização daquilo que aqui estamos solicitando.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, inicialmente para informar a V. Exa. que a liderança da ARENA tinha conhecimento previo, pois Deputados do nosso Partido haviam manifestado a intenção, juntamente com Deputados do MDB, integrantes de nossa Comissão de Constituição e Justiça, de lutarem para que a tese que V. Exa. acaba de anunciar fosse aprovada e fixada como norma daquela ilustrada Comissão Permanente.

Devo salientar que em determinada oportunidade, ainda na 7ª Legislatura, o próprio Chefe do Poder Executivo muitas vezes ficava constrangido e comentava com o Líder do Governo da época, até certo constrangimento do Governo em vetar proposições de companheiros seus, porquanto inconstitucionais, e que além da inconstitucionalidade, estava também em jogo o interesse maior do Estado.

E em algumas vezes, Sr. Deputado, eu me permiti, na Comissão de Constituição e Justiça, comentar aspectos até históricos da atuação daquela Comissão. Mas, havia um argumento paralelo que seria exatamente aquele de que a matéria da Ordem do Dia é composta por matéria buscada no volumoso armário dos vetos apostos pelo Sr. Governador do Estado. Felizmente, esta fase foi superada. E desejo cumprimentar os Srs. integrantes

da Comissão de Constituição e Justiça pela medida em tão boa hora aventada e por V. Exa. anunciada.

Há poucos dias, em uma reunião da Bancada, alguns Deputados sugeriram até que dispositivos de nosso Regimento Interno fossem alterados, pretendendo fazer com que todos os Requerimentos, todas as sugestões apresentadas durante as Sessões fossem encaminhadas, pelo Sr. Presidente, às diversas Comissões Técnicas e cuja análise estivessem afetos os assuntos dos Requerimentos e sugestões. E quem sabe, no futuro, poderemos adotar esse critério de encaminhamento de todas as matérias, até as mais corriqueiras, às diferentes Comissões, para que todas elas tivessem oportunidade de valorizar e aumentarem nossos esclarecimentos.

Mas fica aqui o apoio da nossa Bancada. E quero crer que os Srs. Deputados da ARENA haverão de atender a medida tomada pela Comissão de Constituição e Justiça, para, de uma forma melhor, no futuro, nos situarmos para defender, neste Plenário, a nossa posição quando medidas constitucionais merecerem veto governamental; para que este Poder não jogue com dois pesos e duas medidas. E quando aprovávamos uma lei por unanimidade, quando vetada, mantínhamos também o veto por unanimidade. Isso não fazia muito sentido.

Concordo com a medida proposta pela Comissão de Constituição e Justiça.

Agradeço a V. Exa. o aparte que me concedeu.

O SR. ENEAS FARIA — Devo agradecer, a intervenção de V.

Exa. e, da mesma forma entender que, com o seu pronunciamento, na condição de Líder da ARENA, a decisão da Comissão de Constituição e Justiça passa a ser recebida nesta Casa, com um consenso geral de acatamento.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sou também, nobre Deputado, membro da Comissão de Constituição e Justiça, e quero solidarizar-me com o pronunciamento de V. Exa. e dizer, mais uma vez, que o pensamento de V. Exa. é o de todos os membros da Comissão da qual faço parte.

Mas, apenas para esclarecer ainda mais a posição tomada pela Comissão de Constituição e Justiça, não é nada mais do que a consequência lógica do nosso refinamento político.

Sabe V. Exa. e também os demais Srs. Deputados, que o Supremo Tribunal Federal já decidiu que mesmo a sanção presidencial ou governamental não legitima o vício de origem. De modo que todas as leis que implicam em aumento de despesa pública e que tenham posteriormente obtido eventual sanção presidencial ou governamental, todas essas leis são manifestamente anticonstitucionais.

De modo que a posição da Comissão de Constituição e Justiça desta Assembléia nada mais fez do que tomar uma posição lógica e coerente com o nosso ordenamento jurídico.

Ademais, caro Deputado, acredito que o fortalecimento deste Poder não resulte de uma fúria legislativa, como vinha ocorrendo até agora, mas ao contrário, exercendo o seu papel de fiscalizadora dos atos do Poder Executivo, e assumindo o controle político de todos os atos emanados daquele Poder.

E dentro desta diretriz que se me afigura possível a valorização e o fortalecimento deste Poder, e não dando vasaio a esta fúria legislativa que eu já me referi.

Muito obrigado pelo aparte que V. Exa. tão gentilmente me concedeu.

O SR. ENEAS FARIA — Agradeço o aparte, entretanto, sabe

V. Exa. e sabe a Casa, que por isso a razão até esdrúxula e pouco comum de se vir anunciar uma decisão consoante à norma legal e constitucional vigente. Mas sabe V. Exa. e sabe a Casa, que, nas tendências e na atitude desta Assembléia e das demais Assembléias e no próprio Congresso Nacional, ou, usando de atitudes que agora passaremos a estirpar e alijar e a não ter atendi-

mento, entendo o que quis muito bem proclamar V. Exa., mas entendo também que, no momento em que algum parlamentar ou a própria instituição parlamentar sofre um empobrecimento de sua atitude e do seu caráter por atos mal postos, por atitudes mal formuladas, muitas vezes até baseados em boa fé e de alto mérito, mas, quando isso ocorre, ocorre o empobrecimento da instituição e do próprio parlamentar.

Agradeço o aparte de V. Exa. e deixava antes de fazer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, referência e efetivamente quem inspirou essa nova posição da Comissão de Constituição e Justiça, e a inspiração cabe àquele que tem a missão de presidir, o seu Presidente, Deputado Accioly Neto, o seu Vice-Presidente eminente Deputado Waldenício Barbalho.

Era somente isso, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Otássio Pereira, quarto orador inscrito.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nós, como representantes do povo, não poderíamos, de modo algum, nos calar.

A imprensa de Curitiba publicou em sua edição de ontem, que a situação dos escolares do meu Paraná não é muito boa.

Nós temos andado por diversos municípios e podemos constatar "in loco", que crianças vão às escolas porque sabem que na escola há a merenda escolar.

A imprensa de Curitiba, o jornal "GAZETA DO POVO", em sua edição de ontem, publicou o seguinte, Sr. Presidente, e nós como bons paranaenses que somos devemos nos envergonhar de, numa terra tão dádiosa, numa verdadeira Canãa em que tudo se plantando dá, nós devemos nos envergonhar, Sr. Presidente, em ler a seguinte notícia:

(Lê): "A fome das crianças nas escolas é de entristecer num País onde se joga o feijão, onde se dá o feijão aos porcos, porque não tem preço. Num País onde se perde grande parte da lavoura por falta de silos e por falta de financiamento, diz o jornal "GAZETA DO POVO". A favela do Valetão quase uma centena de crianças recebem diariamente algum alimento do Estado do Paraná. A situação é mais drástica, e mais dramática ainda quando 60% das crianças têm a alimentação fornecida pela Campanha Nacional de Alimentação Escolar, a principal refeição do dia e em muitas casas, a única. Nós estamos falando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, num Estado que é essencialmente agrícola. Essa informação da "GAZETA DO POVO" veicula na sua edição de ontem: "Foram recolhidas de fonte idônea, daí o fato de termos publicado em nossas páginas", diz aquele jornal.

Se nos fosse permitido diríamos simplesmente que as crianças do Paraná passam fome. Estado com mais de 50% da sua população na faixa etária da ordem de 0 a 14 anos, estamos vendo, assombrosamente, 4 milhões de crianças, segundo informação, não deste Deputado do MDB, não deste Partido do MDB, mas da própria Campanha Nacional de Alimentação Escolar, alimentadas por esta notável cruzada que abona a compreensão e o sentimento cívico que alguns realizam com os recursos do Governo do Estado, Federal e Municipal. A situação é alarmante, grave, dolorosamente grave, urgentemente grave, diz o jornal, tristemente grave. Muitos dos nossos leitores, é bem possível, diz o jornal, não tenham ciência destes fatos, desta realidade triste, de uma criança com fome indo à escola, para ter não somente alimento e cultura, mas um bocado de comida para que possa subsistir. É preciso que focássemos esta realidade dentro de nossos sentimentos, e façamos todos nós, dentro de nossas atitudes, alguma coisa que se vença no Paraná esta tristíssima evidência que nos vem das informações dos responsáveis em nosso Estado pela Campanha Nacional de Alimentação Escolar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não estamos nós em vésperas de eleição, não estamos ocupando o microfone desta Assembleia Legislativa hoje vendendo o nosso peixe, não estamos indo à televisão para dizer a verdade, estamos vindo à Casa do povo pa-

ra dizer a verdade, sim depois das eleições, neste País onde se comemora o 119 aniversário da Revolução que foi feita para resolver o problema dos trabalhadores rurais, da cidade, os problemas de saúde, os problemas de nossos pequenos estudantes. Ai as palavras de alunos, de pais de alunos, Sr. Presidente, mendigando nas portas das Câmaras Municipais, vindo a esta Assembleia Legislativa, pedindo a esta Assembleia, pedindo pelo amor de Deus, que se lhe dê uma bolsa de estudo para matricular seus filhos na escola, é este o País em que nós vivemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando verificamos que crianças vão à escola somente em busca da merenda escolar, quando em suas casas não têm o necessário para matar a fome de seus irmãos menores. É necessário que a voz da Oposição se levante, mas se levante com coragem, é preciso que se diga que não estamos aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, somente para discutir matéria que não vem de interesse do nosso povo, de nossa gente. Estamos aqui para aprender muita coisa, para trazer também aqui o que conhecemos do interior do nosso querido Paraná, aí estão os bósias frias, os nossos trabalhadores, sem assistência nenhuma, sem INPS, sem que ninguém o ampare, sem hospital, sem remédios.

Há poucos dias o Deputado Lúcio Machado, de Santo Antonio da Platina, trouxe aqui o problema, Sr. Presidente, é preciso que o Congresso se levante, é preciso que a Câmara Federal, que o Senado se levante. Não adianta, Sr. Presidente, a mudança da ARENA para o MDB ou vice-versa, a troca de siglas não vai resolver o problema do brasileiro. Não vai resolver o problema do trabalhador rural, do fazendeiro que é obrigado a entregar seu algodão a 25 cruzeiros a arroba, quando ele tem que vender a 50 cruzeiros. Não adianta discutiarmos o problema, não adianta a mudança do MDB para outro partido ou da ARENA para outro Partido. É preciso analisar o problema do nosso povo com o coração. Aí estão os nossos trabalhadores, as nossas crianças, os sitiantes, os fazendeiros esperando de nós uma solução para o problema que é bastante sério.

Realizou-se na semana passada em Londrina, na minha cidade, uma reunião no Centro do Comércio do Café, quando os agricultores, entre outras coisas, pediram um melhor preço para o seu produto.

A safra está chegando, os fazendeiros estão gastando quantias astronômicas para cuidar do café, combater a ferrugem. Estão gastando somas astronômicas, pedindo um melhor preço, 480 cruzeiros a saca de 50 quilos.

É necessário que os homens que dirigem a atual política cafeeira do País que também olhem um pouco mais pelos nossos sitiantes que plantam café. Porque não podemos conceber que os lavradores arranquem o pasto e plantem café; arranquem café e plantem soja; arranquem soja e plantem outros produtos. É preciso melhor atendimento também aos nossos lavradores. Concedo o aparte ao Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica ao nobre orador que faltam dois minutos para o término de sua oração.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Serei breve.

Apenas, para dizer o seguinte. Hoje, dia sete de abril, comemora-se o dia Mundial da Saúde. Espero que as palavras de V. Exa. possam servir de alerta para todos nós, no sentido de que, o mais perfeito medicamento, o remédio mais abençoado para a saúde do povo seja o alimento, porque efetivamente, o que o povo mais necessita no momento, é de alimentação. Obrigado.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Já que se comemora hoje o Dia Mundial da Saúde, é preciso realmente que nós identifiquemos que os orçamentos anteriores, há dez anos atrás, quando a Saúde tinha no seu orçamento 3,9%, foi diminuindo e hoje só temos 1%.

V. Exa. Deputado Pietrângelo, fala em saúde e em remédio. É preciso que levantemos nossas vozes para denunciar que 80 ou quase 90% das indústrias farmacêuticas não se encontram mais em mãos de indústrias brasileiras, e sim as grandes indús-

trias internacionais, as grandes multinacionais. Agradeço o aparte de V. Exa. e nós voltaremos numa outra oportunidade. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está findo a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Srs. Deputados.

Esta Presidência anuncia, com satisfação, a presença nesta Casa, do Sr. Deputado Federal Gamaliel Bueno Galvão e do Sr. Nelson Yamoto, Prefeito Municipal de Cornélio Procopio.

Sobre a Mesa, Projeto de Resolução de autoria da Comissão Executiva, constante do Expediente. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. DOMÍCO SCARAMELLA — (Pela ordem) Sr. Presidente.

Requeriro a chamada nominal porque parece que não há "quorum" para votação.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1º Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada).

Responderam a chamada 23 Srs. Deputados. Não há "quorum" para votação.

Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do Expediente. Necessita de apoio. — *Apoiados.* — Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 134/73, de autoria do Deputado João Fadel, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Agrícola na sede do município de Castro. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 209/73, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que isenta da Contribuição Mensal devida ao Instituto de Previdência do Estado, Servidores Públicos Inativos, Civis, Militares e Autárquicos. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 234/73, de autoria do Deputado Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo a transferir ao DER para fins de conservação e melhoria, o trecho da estrada da PR-25, que liga a sede do Município de Tijucas do Sul e Morro do Tigre. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 75/73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 250/73, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e os Municípios de Floresta, Ivaí, Kalorê, e Palmeira, objetivando o fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de cotações e verbas que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Encerrada a discussão.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 75/73

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ RESOLVE:

Art. 1º — Ficam aprovados os termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e os Municípios de Floresta, em 20 de agosto de 1973, Ivaí, em 16 de julho de 1973, Kalorê, em 31 de julho de 1973 e Palmeira, em 20 de agosto de 1973, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data da sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7 de novembro de 1973

PRESIDENTE: Antônio Costa

RELATOR: Deputado Ovidio Franzoni

PROPOSIÇÃO Nº 250/73

PARECER

O presente Projeto de Lei, oriunda-se da Mensagem Governamental nº 91/73, encaminhando para os fins constitucionais, cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública e os Municípios de Floresta, Ivaí, Kalorê e Palmeira, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verba dos orçamentos dos referidos Municípios.

Sob o aspecto constitucional, legal e formal, a propositura é escoreita.

Destarte, opino pela APROVAÇÃO da Propositura nos termos do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07 de novembro de 1973

PRESIDENTE: Antônio Costa

RELATOR: Ovidio Franzoni

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 24/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 50/74, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a União, por intermédio do Ministério da Educação e Cultura, destinado a aplicação de recursos na expansão e melhoria do ensino. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Encerrada a Discussão.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 24/74

Art. 1º — Fica aprovado o termo de Convênio, celebrado entre o Estado do Paraná e a União, por intermédio do Ministério da Educação e Cultura, destinado a aplicação de recursos na expansão e melhoria do ensino, objeto da mensagem nº 16/74

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 1974

PRESIDENTE: a) Fabiano Braga Côrtes

RELATOR: Antonio Lopes Júnior

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER

PROPOSIÇÃO Nº 50/74

O Poder Executivo, pela Mensagem nº 16/74, submete ao "referendum" desta Casa o termo de convênio, celebrado com a União, representada pelo Ministério da Educação e Cultura, com a finalidade de aplicar recursos na expansão e melhoria do ensino.

Efetivamente, o texto do convênio explicita com detalhes técnicos as altas finalidades, gerais e específicas, do plano federal de remodelação do setor do ensino, abrangendo a área paranaense.

O interesse do Estado está perfeitamente atendido e a matéria se ajusta aos textos legais e constitucionais.

O parecer é favorável, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 1974

a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 299/71, de autoria do Deputado Igo Losso, que declara de Utilidade Pública, a Casa

Maternal Nossa Senhora Aparecida do bairro de Santa Felicidade, nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J., **EM REGIME DE URGÊNCIA** — Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI Nº 229/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de Utilidade Pública a CASA MATER-
NAL NOSSA SENHORA APARECIDA, de Santa Felici-
dade, com sede em Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1971.

a) IGO LOSSO

JUSTIFICATIVA:

A Casa Maternal Nossa Senhora Aparecida, de Santa Felici-
dade, está com seus Estatutos devidamente registrados sob o
nº 1.331, Livro "A" de Registro de Pessoas Jurídicas, conforme
dispõe a Lei.

Suas meritórias finalidades estão expressas no artigo 1º,
item um dos Estatutos; organiza e presta serviços de caráter be-
neficiente e filantrópico, prestando assistência à maternidade e
infância, aos pobres e desvalidos, gratuitamente, sem distinção
política, de nacionalidade, credo, cor ou raça. É composta em
sua Diretoria e Conselho de um grupo de idealistas, homens e
senhoras, que unidos trabalham pela felicidade alheia, sem qual-
quer recompensa pecuniária. Entidades como esta devem ser apoiadas e prestigiadas pelo Governo, pois que nada mais é do que
a comunidade trabalhando na assistência social e pela solidarie-
dade humana, missões que o Estado forçosamente é o maior in-
teressado em sua concretização.

Assim, esperamos seja devidamente aprovado o presente
projeto de Lei, por ser justo e estar enquadrado dentro dos re-
quisitos da Lei.

DISCUSSÃO ÚNICA — de Requerimento do Deputado Fuad
Nacli, solicitando licença de 30 (trinta) dias, para tratamento de
saúde. — Em discussão — Encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria
do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente,
solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Gabriel Esperidião. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tjomazoni,
constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo faleci-
mento do Sr. Erminio Santin, Vereador em Pato Branco. — Apro-
vado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet,
constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao
Sr. Diretor do DER, encarecendo permanente conservação da es-
trada estadual que liga Figueira — Curitiba. — Em discussão —
Encerrada a discussão.

O SR. LÁZARO DUMONT — (Questão de ordem) Sr. Presiden-
te, na minha Questão de Ordem, gostaria de sugerir que o
serviço de som fosse melhorado porque os Srs. Deputados se
encontram em seus Gabinetes atendendo o pessoal do interior.

E não é justo que o Deputado se encontrando na Casa, leve
falta.

Portanto, Sr. Presidente, consideramos esta uma medida
urgente a ser tomada.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica que tem se esforçado
para que seja instalado, definitivamente, o serviço de alto-

falante. Mas, vamos, mais uma vez, insistir para que sejam convo-
cados todos os Srs. Deputados no momento da votação.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo,
constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expedi-
ente aos Srs. Governador do Estado, bem como ao Sr. Secretá-
rio da Agricultura e Superintendente do IBDF no Paraná, objeti-
vando a criação do Parque e Reserva Biológica da Ilha do Mel.
Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eneas Faria,
lido pelo Sr. 2º Secretário, solicitando seja encaminhado expedi-
ente pleiteando a Delegacia do Paraná da Fundação IBGE
para funcionário aqui profissionalmente radicado. — Em discus-
são. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eneas Faria,
constante do Expediente, solicitando voto de congratulações à
Companhia de Teatro Roberto Menghini, seus Diretores e Ato-
res e demais integrantes, bem como ao autor Cícero Camargo de
Oliveira, pelos relevantes serviços que tem prestado à arte para-
naense. Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira, con-
stante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr.
Governador do Estado, no sentido de através a Fundepar, se-
jam efetuados reparos nos prédios onde funcionam os Grupos
Escolares Souza Naves e John Kennedy, na cidade de Rolândia. —
Em discussão. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira,
constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao
Sr. Governador do Estado, no sentido de ser reinstalado um Pos-
to de Serviço do Instituto de Previdência e Assistência aos Servi-
dores do Estado, na cidade de Rolândia. — Em discussão. —
Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrân-
gelo, lido pelo Sr. 2º Secretário, solicitando voto de congratula-
ções pela passagem do aniversário da Associação Brasileira de
Imprensa. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente
Sessão, marcando outra para amanhã, dia 8, terça-feira, à Hora
Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM 2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs
134/73, 209/73 e 234/73.

VOTAÇÃO EM 1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução
nºs 75/73, 24/74 e de Lei nº 229/71.

VOTAÇÃO EM DISCUSSÃO ÚNICA — do Requerimento do
Sr. Deputado Fuad Nacli.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIA Nº 135/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LE-
GISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e
tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 991 e
1202/75 de 14 de fevereiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar, os funcionários JOÃO FELIPE CHAVES LOUREIRO, ocupante
do cargo de Advogado, nível PL 30, e ALELI DOS SANTOS, ocupante
do cargo de nível PL 23, de Oficial de Administração, ambos do Quadro
de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestarem serviços na Lide-
rança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado FRANCISCO ESCOR-
SIN.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de março de 1975.

a) JOSE MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral